

O que é o Índice de Bem-estar (IBE)

1. Qual é o significado de *bem-estar* no contexto deste Índice?

Geralmente define-se *bem-estar* pela presença do melhor padrão de qualidade de vida no sentido mais amplo do termo. Por conseguinte, o conceito de *bem-estar* abrange, não só as condições materiais de vida, mas também outros fatores explicativos do nível de qualidade de vida, nomeadamente relacionadas com o enquadramento ambiental, com a saúde robusta, bom nível educacional, equilíbrio no uso do tempo, em particular no balanço vida-trabalho, vitalidade da vivência em sociedade, bom nível de participação democrática e o acesso e participação em atividades culturais e de lazer. Observe-se que no conceito adotado o bem-estar não é equivalente ao bem-estar subjetivo, ainda que este último influencie o primeiro.

2. Em que contexto surge a construção do IBE em Portugal?

A crise financeira, económica e social em que a Europa e o Mundo se encontram desde 2008, tornou mais visível o défice estrutural em domínios determinantes do bem-estar e qualidade de vida, desde a educação e mercado de trabalho, à saúde e segurança, reforçando-se a constatação que o PIB e outros indicadores macroeconómicos proporcionam uma perspetiva incontornável mas contudo parcial do comportamento de um importante conjunto de variáveis-fator que influenciam mais concreta e diretamente o quotidiano das pessoas. Nos últimos anos gerou-se um consenso internacional quanto à prioridade de colmatar o défice informacional relativo à avaliação da qualidade de vida e satisfação das famílias.

Este desafio tem vindo a ser protagonizado por várias organizações internacionais tais como a ONU, a OCDE, o Eurostat, o FMI e o Banco Mundial com a participação direta e ativa de vários Institutos de Estatística à escala mundial. Em 2007, a Comissão Europeia (juntamente com o Parlamento Europeu, o Clube de Roma, a Organização Global de Conservação da Natureza e a OCDE) organizou a conferência: “Para além do PIB”. Aí confirmou-se um claro apoio de responsáveis políticos, de peritos económicos, sociais e ambientais e da sociedade civil no que se refere ao desenvolvimento de indicadores que

complementassem o PIB, tendo por objetivo proporcionar mais informação de apoio à tomada de decisão política. Em 2008 o Conselho Europeu reconheceu que a crise devia também ser encarada como uma oportunidade para orientar exigentemente a economia para uma economia de baixo teor de carbono e mais eficaz na utilização de recursos. O Conselho Europeu também enfatizou o facto da resposta à crise ter que incluir o desenho de políticas que protegessem os mais afetados e mais vulneráveis da sociedade, recomendando a produção de indicadores estatísticos que integrassem de forma concisa as realizações e perdas a nível social e ambiental. Releva-se o relatório da *Commission on the Measurement of the Economic Performance and Social Progress* (2009) elaborado sob a coordenação de Joseph Stiglitz, Amartya Sen e Jean Paul Fitoussi. Trata-se do documento de referência para o desenvolvimento de novos indicadores estatísticos avaliadores do bem-estar e qualidade de vida das pessoas e das famílias.

Em 2010 o Eurostat em parceria com o INSEE criou um *Sponsorship Group on Measuring Progress, Well-being and Sustainable Development* para a implementação das recomendações do relatório de Stiglitz-Sen-Fitoussi, com a participação da ONU, da OCDE e de alguns Institutos de estatística dos países da UE e da EFTA. Foram objeto de desenvolvimento três temas nucleares: a perspetiva dos agregados familiares e aspetos distribucionais do rendimento, consumo e riqueza; medidas multidimensionais da qualidade de vida, incluindo medidas subjetivas; e a sustentabilidade ambiental.

Destaca-se ainda o projeto liderado pela OCDE, *Better Life Initiative* (2011), o qual identificou domínios e dimensões relevantes para a caracterização e monitorização do bem-estar, selecionando para cada domínio uma lista de indicadores-chave e avaliando o nível de harmonização metodológica subjacente a tais indicadores, para efeitos de comparabilidade internacional entre os países da OCDE.

É neste contexto internacional que vários Institutos de Estatística têm vindo a desenvolver iniciativas para a produção de uma bateria de indicadores sobre o bem-estar e qualidade de vida. No âmbito de Sistema Estatístico Europeu sublinha-se o papel das estatísticas provenientes dos inquéritos às condições de vida e rendimento das famílias no âmbito da operação EU-SILC. Destacamos também duas iniciativas com notoriedade à escala europeia, o *European Social Survey* e o *European Quality of Life Survey*, as quais proporcionam indicadores-chave em vários temas que caracterizam o

bem-estar e qualidade de vida, nomeadamente ao nível da informação de carácter subjetivo.

A nível nacional, a construção de indicadores estatísticos de bem-estar e qualidade de vida pressupõe essencialmente a reutilização e integração do conhecimento proveniente de vários subsistemas de informação das estatísticas oficiais e progressivamente o reforço da infraestrutura das estatísticas sociais, em linha com os programas plurianuais do Sistema Estatístico Europeu.

Observando as recomendações do relatório de Stiglitz-Sen-Fitoussi, o desenvolvimento de indicadores de bem-estar e qualidade de vida não constituem um fim em si mesmo, mas sobretudo um meio e um contributo para o estabelecimento de políticas públicas focadas nas motivações e métricas do bem-estar das pessoas e das nações e da respetiva sustentabilidade. A reflexão e o debate sobre o bem-estar e progresso social, pelas principais instituições promotoras do desenvolvimento à escala mundial, geraram um denominador comum de temas de análise caracterizadores desse progresso.

A lista de domínios considerada na construção do “Índice de Bem-Estar” tomou em consideração essas orientações internacionais e, na seleção de indicadores esteve presente uma abordagem adaptada à realidade socioeconómica de Portugal.

3. **Quais são os objetivos do *Índice de Bem-estar*?**

O objetivo do “Índice de Bem-Estar” é disponibilizar, numa base regular, resultados que permitam acompanhar a evolução do bem-estar e progresso social em duas vertentes determinantes – Condições materiais de vida das famílias e Qualidade de vida, mediante declinações em três e sete domínios de análise, respetivamente: a) bem-estar económico; vulnerabilidade económica; trabalho e remuneração; b) saúde; balanço vida-trabalho; educação, conhecimento e competências; relações sociais e bem-estar subjetivo; participação cívica e governação; segurança pessoal; e ambiente.

Em cada domínio foram previamente identificadas dimensões prioritárias de análise que evidenciam as problemáticas presentes em cada um deles e que alicerçaram o processo de seleção de variáveis. O objetivo inerente à construção desta nova infraestrutura estatística é poder acrescentar à ênfase na medição da produção económica, a ênfase na medida do bem-estar das pessoas, num contexto de sustentabilidade.

Com indicadores sintéticos ao nível de cada domínio e a nível global, aprofunda-se o mecanismo de acompanhamento dos principais fatores críticos do desenvolvimento

económico e social de Portugal, na ótica do bem-estar, avaliados segundo uma lógica de resultados concretos ao nível das pessoas ou das famílias, integrando informação estatística disponível e proporcionando leituras úteis à tomada de decisão.

Complementarmente, a construção de tais indicadores compósitos constituirá um instrumento de escrutínio das políticas públicas e, por conseguinte, um veículo para o exercício da cidadania.

4. O IBE é um índice de *felicidade*?

De forma alguma. A *felicidade* é um estado com elevada carga subjetiva e muito transiente, por definição – aquilo que pode proporcionar felicidade a uma pessoa num dado momento, pode gerar um efeito exatamente oposto num outro momento. Por conseguinte, o IBE não pretende avaliar o grau de felicidade das pessoas. Este indicador constitui apenas um componente para o estudo da avaliação da evolução do bem-estar subjetivo individual, no âmbito do domínio *Relações sociais e bem-estar subjetivo*. O IBE procura essencialmente retratar a evolução do padrão de qualidade de vida, no sentido mais abrangente do termo, considerando a análise da evolução das *condições materiais de vida* (em matéria de *bem-estar económico, vulnerabilidade económica e trabalho e remuneração*) e em sentido mais restrito, fatores estritamente relacionados com a *qualidade de vida* e também relacionados entre si: *saúde; balanço vida-trabalho; educação, conhecimento e competências; relações sociais e bem-estar subjetivo; participação cívica e governação; segurança pessoal; ambiente*.

5. A quem se destina IBE?

Um dos grandes objetivos do IBE é que este índice possa estimular o diálogo entre os vários atores que promovem o progresso económico e social, e entre os cidadãos em geral. O IBE pode constituir um instrumento útil a uma vasta gama de líderes de opinião, decisores públicos e privados, incluindo todos os níveis de governação, organizações não governamentais, investigadores, a comunicação social e o público em geral.

6. Quais são os limites inerentes à construção e utilização do IBE?

O IBE apenas fornece informação sobre a evolução do *bem-estar* e respetivas declinações à escala nacional. Isto é, a desagregação geográfica não é possível, pelo facto de uma parte substancial da lista dos indicadores presentes na construção do IBE

não propiciar informação estatística ao nível geográfico mais fino. Por outro lado, a atual fase de divulgação do IBE não contempla ainda a análise focada em populações específicas, dependente em boa parte do cruzamento de informação estatística ao nível dos microdados – processo ainda em desenvolvimento ao nível dos países da UE27, conciliando a preocupação em matéria de sobrecarga sobre os respondentes com orçamentos tendencialmente restritivos dos organismos produtores de estatísticas oficiais.

7. Qual é a periodicidade do IBE?

O IBE será divulgado anualmente com dados definitivos, relativos ao ano n-2 e dados preliminares relativos ao ano n-1.

8. Há já um vasto número de indicadores do domínio económico e social, produzidos no âmbito do Sistema Estatístico Nacional (SEN). Por que razão divulgar um novo índice?

O fenómeno do *bem-estar* é marcadamente multidimensional – o índice proporciona uma representação unidimensional do *bem-estar*, com perda de informação, mas com ganhos consideráveis em sede de interpretabilidade de evolução do fenómeno, para o qual concorrem múltiplos fatores (domínios) interrelacionados. Um reputado economista, John Kenneth Galbraith, disse um dia “If you don't count it, it doesn't count”. De facto, a mensuração do *bem-estar* estimulará a reflexão e o debate. Trata-se de algo que integra uma vastíssima informação reveladora dos pontos fortes e fracos entre os fatores determinantes do bem-estar da população. Esta possibilidade assume uma particular relevância em tempos de crise.

9. Por que razão se recorre a índices compósitos, em vez de se usar simplesmente um painel de indicadores?

É sempre possível avaliar-se a evolução dos indicadores no período em estudo. Contudo, o recurso a um índice compósito propicia um conjunto de vantagens: a) permite uma leitura com ganhos de interpretabilidade essenciais para a compreensão da temática em apreço; b) permite uma leitura integrada e descompartmentada do fenómeno do *bem-estar*, sendo que na vida real esses compartimentos terão muito de artificial. Isto é, o recurso a um índice compósito facilita uma abordagem sistémica à

problemática do *bem-estar*: a título de exemplo, vários estudos realizados a nível internacional confirmam que a saúde das populações está particularmente associada aos níveis de rendimento e aos níveis educacionais; c) gera flexibilidade perante os utilizadores com necessidades mais ou menos exigentes quanto ao acesso ao conteúdo internacional subjacente à construção do IBE – para uns, bastará captar o sentido da evolução global, principais origens e porventura, o sentido de evolução das duas grandes perspetivas de análise (*Condições materiais de vida e Qualidade de vida*), para outros, será possível selecionar um ou mais domínios, analisando as evoluções em índice e obtendo conseqüentemente resumos interpretativos de tais matérias. Em suma, o recurso a índices compósitos com maior ou menor nível de desagregação, permitirá dar resposta a inúmeras questões, passíveis de serem colocadas, revalorizando assim a informação estatística que lhes deu suporte.

10. O que é um índice compósito?

Um índice compósito agrega um certo número de diferentes indicadores num indicador único, cuja evolução para valores superiores ou inferiores, fornece uma leitura simples e rápida sobre a existência duma evolução respetivamente positiva ou negativa, na temática em apreço (inerente ao conjunto inicial de indicadores). De facto, a partir do índice compósito, pode-se avaliar a variação percentual ocorrida num dado período e num dado domínio e porventura compará-la com a variação num outro período, ou num outro domínio em análise.

Neste estudo, o aumento dos índices significa sempre melhoria do Bem-estar, e o seu decréscimo agravamento do Bem-estar. A título ilustrativo, o decréscimo do índice de Vulnerabilidade económica significa agravamento da Vulnerabilidade Económica e, por conseguinte, agravamento do Bem-estar.

11. Como se relaciona o IBE com o PIB?

O PIB é um indicador macroeconómico da maior relevância, comparável à escala mundial e relacionado com a geração de riqueza económica produzida no país. O IBE poderá constituir-se como informação complementar – acrescentando à ênfase na medida de produção económica, a ênfase na medida do *bem-estar* das pessoas, num contexto de sustentabilidade. De facto, o PIB não é a única referência para a

caraterização do *bem-estar*, nem foi concebido para tal fim, uma vez que os paradigmas inerentes ao PIB e ao IBE são por natureza distintos.

12. Como foram identificados os 10 domínios de análise e os respetivos 80 indicadores?

A vasta literatura hoje disponível à escala mundial, boa parte dela produzida nos últimos dez anos, dissecou a lista de componentes principais explicativas da evolução do *bem-estar* de uma população. A OCDE e o Eurostat têm vindo a liderar este processo, validando no essencial uma lista de domínios, em boa parte comum à seleção que presidiu à construção do IBE. No IBE houve também a preocupação de se tomar em consideração a realidade socioeconómica do país, inventariando para cada domínio dimensões de análise, isto é, subtemas que importava monitorizar para a melhor caraterização da evolução da temática. Só então se iniciou o processo de seleção de indicadores distintivos de cada uma dessas dimensões de análise. Para o efeito, a construção do IBE beneficiou do contributo de reconhecidos peritos nas dez temáticas consideradas, assim como dos contributos dos membros da Secção Permanente das Estatísticas Sociais no contexto do Conselho Superior de Estatística. Por último, o processo de seleção de indicadores esteve dependente da disponibilidade da informação disponível para o período em estudo e também para anos futuros. Isto significa que nalgumas dimensões inicialmente consideradas, não foi possível reunir informação estatística para a respetiva caraterização, o que veio a gerar recomendações em matéria de desenvolvimento futuro, em sede de produção estatística e no quadro da articulação com entidades do Sistema Estatístico Nacional.

13. Qual o significado que a perspetiva “qualidade de vida” encerra e que justifica a respetiva individualização?

Para a resposta, destacamos um parágrafo do relatório Stiglitz-Sen-Fitoussi: “Qualidade de vida é um conceito mais amplo do que o de produção económica e de níveis de vida. Inclui todo o espetro de fatores que influenciam aquilo que valorizamos na vida, para além do seu carácter material.

Ainda que algumas áreas da contabilidade nacional permitam a inclusão de elementos que expressam a qualidade de vida através de medidas convencionais de bem-estar económico, esta abordagem permanece limitada em importantes aspetos.

Em primeiro lugar, os recursos são meios transformados em bem-estar de forma diferenciada pelas pessoas: indivíduos com maior capacidade para a autossatisfação ou mais aptos para se realizarem em importantes domínios da vida podem sentir-se mais bem sucedidos mesmo detendo menos recursos económicos.

Em segundo lugar, muitos recursos não são transacionados, e mesmo quando o são, assumirão preços diferentemente percecionados pelos indivíduos, tornando problemática a comparação direta do rendimento real das pessoas.

Finalmente, muito do que é determinante para o bem-estar humano é ditado pelas circunstâncias particulares da vida de cada um”.

14. Qual o racional para a escolha do ano-base 2004?

Um grupo importante de indicadores no âmbito das Condições de Vida e Rendimento das Famílias (ICOR), passaram a ser produzidos anualmente a partir de 2004. Ora a inclusão desses indicadores era determinante para se iniciar uma série do IBE.

15. Por que razão é atribuída a mesma ponderação a cada domínio? E por que razão é atribuída a mesma ponderação a cada indicador no contexto de um dado domínio?

Ao nível de cada domínio optou-se por atribuir a mesma ponderação a cada indicador, não tanto pelo facto de se ter identificado um racional que justifique tal opção, mas pela simples razão de não encontrarmos uma justificação clara e objetiva para a atribuição de pesos diferenciados a cada indicador. (Observe-se que uma variante do Princípio da razão não suficiente de Laplace aconselha que na ausência de uma razão suficiente para precisar em quanto um indicador é “mais importante” do que outro qualquer, a cada indicador deverá ser atribuída a mesma ponderação).

Argumentos da mesma natureza justificam a atribuição da mesma ponderação a todos os domínios considerados. Cada domínio contribui com a mesma ponderação para o cômputo do bem-estar, independentemente do número de variáveis que o integra. De facto também não é possível dispor de um racional para diferenciar quantitativamente a importância relativa dos domínios.